



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v13.1087>

Uma crise global pelo olhar crítico de Nancy Fraser

A global crisis through Nancy Fraser's critical look

Camila von Holdefer Kehl¹

Resenha

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

“Hoje, quem quer que fale em ‘crise’ corre o risco de ser desconsiderado e visto como um charlatão, tamanha a banalização que o termo atingiu por sua utilização imprecisa e incessante”, escreve a filósofa Nancy Fraser (1947) na frase de abertura de *O velho está morrendo e o novo não pode nascer* (2021, p. 35).² Apesar do desgaste da palavra, Fraser não hesita em admitir que “enfrentamos uma crise hoje” (2021, p. 35). A proposta da autora — neste que é um livro enxuto, mas bastante ambicioso — é caracterizar e identificar a “dinâmica distintiva” desta crise e apontar caminhos para solucioná-la (2021, p. 35).

Com atribuições que vão do Brexit no Reino Unido à “desintegração dos partidos social-democratas e de centro-direita” no continente europeu, passando pelo “crescente sucesso de partidos racistas e anti-imigrantes em todo o norte e centro-leste da Europa” e pelo “surgimento de forças autoritárias, algumas qualificáveis como profascistas, na América Latina, na Ásia e no Pacífico”, Nancy Fraser reconhece que a crise é de ordem global (2021, p. 35). Seu denominador

¹ Doutoranda em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com bolsa CAPES/PROEX.

E-mail: contact@camilavonholdefer.com; <https://orcid.org/0000-0002-8674-6633>

² Parece haver uma tendência crescente, entre autores contemporâneos ligados às ciências humanas, de examinar ou redefinir noções e conceitos que aparentemente sofreram um desgaste nos últimos anos. Uma das mais interessantes é a que Maggie Nelson empreende em *Sobre a liberdade* (2022), que procura investigar o termo do título. Nelson admite que liberdade é uma palavra “cansada, imprecisa e carregada”, e ao mesmo tempo uma “cujo significado não é de todo óbvio ou compartilhado” (2022, p. 12). Ela passa, então, a analisar a ideia de liberdade em quatro contextos: na arte, no sexo, nas drogas e na crise climática.

comum seria, como outros autores já haviam apontado,³ um declínio da anteriormente assegurada autoridade dos partidos e grupos políticos estabelecidos — o que fez com que as massas partissem em busca de “novas ideologias, organizações e lideranças” (2021, p. 36). No entanto, argumenta Fraser, a “expressão mais espetacular” desta crise estaria “bem *aqui* no centro do capitalismo”, ou seja, nos Estados Unidos de Donald Trump (2021, p. 35, grifo meu).

É justamente o capitalismo que autoriza o procedimento pelo qual Fraser — no que está plenamente justificada, como veremos — generaliza o contexto estadunidense a fim de delinear e analisar um cenário muito mais amplo e diverso. Isso porque a crise a que Fraser se refere não seria apenas política, mas também econômica, ecológica e social — aspectos que, no entender da autora, estariam profundamente entrelaçados. De modo que o trumpismo (a) preencheria a lacuna de autoridade recentemente divisada e (b) surgiria como uma resposta não apenas contingente, mas, uma vez que algumas de suas características têm sido identificadas em outros países, algo paradigmática.

Para atestar até que ponto o trumpismo representou uma espécie de rompimento com um *ethos* anterior, Fraser vai buscar em Antonio Gramsci — que inspirou o próprio título do livro, que fora inicialmente um artigo de revista — o conceito de hegemonia ou bloco hegemônico. Este diz que a visão de mundo de uma classe dominante é sempre apresentada e afirmada como natural. Trata-se, escreve Fraser, de uma imposição de “valores e suposições” (2021, p. 38). Para combatê-la, uma contra-hegemonia precisaria ser traçada.

Segundo Fraser, o antigo bloco hegemônico da Europa e dos Estados Unidos se consolidou sobre dois pilares distintos do direito e da justiça: um ligado à distribuição, outro ao reconhecimento.⁴ Seriam estes, nas palavras da autora, os “componentes normativos essenciais a partir dos quais as hegemonias são construídas” (2021, p. 39). Assim, Trump e o trumpismo representariam um rompimento com o bloco hegemônico antes dominante, ou seja, o do liberalismo progressista. Na síntese da autora, este último levava a cabo uma aliança improvável entre as principais correntes liberais dos movimentos sociais, com suas visões

³ Ver, por exemplo, RUNCIMAN, *Como a democracia chega ao fim* (2018) e LEVITSKY & ZIBLATT, *Como as democracias morrem* (2018).

⁴ Fraser toma a noção de reconhecimento emprestada de Axel Honneth. Ela a define como “um senso de como a sociedade deve repartir o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento” dos indivíduos enquanto membros de uma sociedade (2021, p.38). Trata-se, além disso, de hierarquias.

acerca do reconhecimento, e os setores financeiros da economia dos Estados Unidos, com suas visões acerca da distribuição (FRASER, 2021, p. 39). Tratava-se, escreve Fraser, de um projeto neoliberal que, para que viesse a ser bem-sucedido, “tinha que ser reembalado” e surgir “ligado a outras aspirações emancipatórias não econômicas” (2021, p. 41). É evidente que as aspirações emancipatórias operavam apenas na superfície, uma vez que o programa não tinha, segundo o diagnóstico acertado de Fraser, intenção alguma de abolir a hierarquia social, mas somente de “diversificá-la” (2021, p. 42). Fraser passa então a citar cenários e circunstâncias especificamente estadunidenses, como o New Deal de Franklin Delano Roosevelt, os anos do governo Clinton — que teria abraçado o neoliberalismo — e o movimento Occupy Wall Street.⁵

Fraser lembra que o adversário do neoliberalismo progressista fora o *neoliberalismo reacionário*. Este último assume, quando a questão é o reconhecimento, uma posição “etnonacional, anti-imigrante e pró-cristã”, quando não “abertamente racista, patriarcal e homofóbica” (2021, p. 45). A autora então afirma, o que é um ponto importante do raciocínio que procura desenvolver, que nem o neoliberalismo progressista nem o neoliberalismo reacionário conseguiram evitar o declínio dos padrões de vida das classes trabalhadoras, criando, portanto, a já mencionada lacuna.

Fraser não está errada em generalizar o contexto estadunidense com base no neoliberalismo reacionário, uma vez que este, embora assuma diferentes formas em diferentes lugares, possui um núcleo comum. Como esclarece David Harvey, o neoliberalismo é um conjunto de práticas políticas que propõem que a melhor maneira de garantir o bem-estar humano passa pela promoção de “liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (2008, p. 1). Ao Estado, ainda segundo Harvey, caberia a manutenção de tal estrutura, além do estabelecimento de instituições “militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir o direito de propriedades individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados” (2008, p. 1). O argumento de Nancy Fraser de fato corrobora a visão de Harvey,

⁵ Fraser argumenta que o governo Obama, embora simbolicamente revelante, não diferiu substancialmente do governo Clinton. Ao contrário, “a essência” do governo Obama “consistia em manter o status quo progressista-neoliberal” (2021, p. 49).

sobretudo quando diz que as múltiplas dimensões da crise atual “compartilham uma fonte comum”, que seria justamente “a forma atual de capitalismo — globalizante, neoliberal, financeirizado” (2021, p. 67, grifos meus). Mais do que um sistema econômico, este seria “uma ordem social institucionalizada” (2021, p. 67).⁶

Trump, argumenta Fraser, conduziu sua campanha com base em premissas populistas, com uma política de reconhecimento evidentemente excludente; ou seja, flertou com um populismo reacionário, mas acabou governando a partir de um viés que a autora chama de “neoliberalismo hiperreacionário” (2021, p. 55).⁷ Isso porque o que se viu em seu governo, do ponto de vista distributivo, foi o velho e bom neoliberalismo — não tendo ele dado, segundo Fraser, “nenhum passo sério no sentido de implementar projetos de infraestrutura pública em larga escala e na criação de empregos” (2021, p. 53). Além disso — além de não resolver a desindustrialização e os subempregos que estão na base do declínio do padrão de vida das classes trabalhadoras —, ao se mostrar “caótico, instável e frágil”, o trumpismo não foi capaz de constituir um novo bloco hegemônico (2021, p. 55).

Não é possível discordar de Fraser quando esta afirma que restaurar o bloco hege-mônico anterior — o do liberalismo progressista — daria origem às mesmas insatisfações, e portanto às mesmas condições, que criaram Trump. “Nenhum deles pode oferecer uma imagem confiável da realidade social, uma narrativa na qual um amplo espectro de atores sociais possa se encontrar”, argumenta a autora (2021, p. 58). Além disso, escreve Fraser, no que está mais uma vez correta, nenhum “pode rever os padrões de vida declinantes, o crescente endividamento, as mudanças climáticas, os ‘déficits dos benefícios sociais’ ou as intoleráveis tensões sobre a vida comunitária” (2021, p. 58).

Se o diagnóstico — que, uma vez que a raiz do neoliberalismo é comum, não se limita aos Estados Unidos — sem dúvida está correto, a proposta de Fraser para preencher a lacuna de autoridade soa um tanto superficial, uma vez que a própria proposta do livro não permite uma argumentação mais detalhada. Fraser conclui —

⁶ Fazendo uma referência indireta a seu livro *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis* (2013), Fraser cita “as atividades não remuneradas de reprodução social” como parte de “um conjunto de condições não econômicas de fundo, que são indispensáveis para uma economia capitalista” (2021, p. 67).

⁷ Fraser destaca a enorme semelhança entre Donald Trump e Bernie Sanders, candidato às primárias do Partido Democrata. Os discursos do primeiro sempre estiveram repletos de “racismo, misogonia, islamofobia, homofobia, transfobia e sentimento anti-imigrante” (2021, p. 51). Já os do segundo eram modulados em “tons universalistas e igualitários”, e se dirigiam a uma classe trabalhadora “ampla e expansiva” (2021, p. 51).

e aqui tampouco está errada — que o populismo progressista seria a melhor alternativa, e que, a fim de fortalecê-lo, os diversos setores da classe trabalhadora deveriam se compreender como aliados. Não há, contudo, quaisquer indicações de atitudes concretas a serem tomadas, nem por quem, nem em quais contextos e espaços. Quando escreve que as classes trabalhadoras incluem “comunidades historicamente associadas à manufatura, à mineração e à construção”,⁸ Fraser não identifica nem responde (o que talvez exigisse outro texto) à pergunta que mesmo o leitor leigo é capaz de se fazer: de que modo conciliar as necessidades de comunidades historicamente associadas à mineração com os desafios impostos pela crise climática, e sem recorrer aos argumentos associados ao ecofascismo? Fraser inicia o texto reconhecendo que as questões ecológicas ajudaram a moldar a crise atual, de modo que o abandono desta perspectiva ao longo do desenvolvimento da argumentação não deixa de surpreender.

Para Fraser, por exemplo, a superação da crise atual requer “uma transformação es-trutural importante” (2021, p. 68). Não há, porém, qualquer sugestão de linhas de ação concretas. Não haveria problema algum em oferecer apenas um diagnóstico preciso; o caso é que Fraser sugere, como já vimos, que, ao sondar os meandros da crise, “poderemos determinar melhor o que é necessário para resolvê-la”, o que, de novo, um texto tão enxuto dificilmente poderia conter (2021, p. 35).

Fraser identifica dois rompimentos necessários para que possamos fortalecer o populismo progressista — sem, de novo, dizer como levá-los a cabo. Em primeiro lugar, escreve a autora, “as mulheres menos privilegiadas, os imigrantes e os negros” precisam ser desvinculados daqueles movimentos sociais que “sequestraram as suas preocupações, conformando-as em termos consistentes com o neoliberalismo” (2021, p. 61). Mas como? Em segundo lugar, a classe trabalhadora empobrecida deve ser persuadida “a abandonar seus atuais aliados cripto-neoliberais”; deve-se convencê-las de que “as forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo não podem lhes fornecer, e efetivamente não lhes fornecerão, os pré-requisitos materiais essenciais para um melhoramento de vida”, ao contrário de um bloco progressista-populista (2021, p. 61-2). Mais uma vez, Fraser não esclarece de que maneira isso se daria.

⁸ FRASER, 2021, p. 60.

Fraser está, portanto, correta quando identifica aspectos subjetivos e objetivos na crise atual, e quando afirma que não é possível oferecer uma contra-hegemonia sem uma perspectiva de solução real para problemas concretos. Mas os passos que precisamos dar rumo à solução destes problemas reais são, graças à estrutura do livro, bastante vagos.

Referências

FRASER, N. *Fortunes of Feminism: From Women's Liberation to Identity Politics to AntiCapitalism*. Nova York: Verso, 2013.

_____. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

NELSON, M. *Sobre a liberdade: Quatro canções sobre cuidado e repressão*. Tradução de floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NUNES, R. *Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

LEVITSKY, S. ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2018.

*Recebido em: 14/12/2022.
Aprovado em: 16/12/2022.
Publicado em: 16/12/2022.*